O DIREITO ELEITORAL, FERRAMENTA DE IGUALDADE E PRESERVAÇÃO DO ESTADO DEMOCRATICO DE DIREITO

Autor(res)

Stace Liz Carneiro
Adilson Da Silva Correia
Kannandha Nunes Costa
Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O direito eleitoral é o ramo do direito público que regula o processo de escolha de representantes políticos e a organização de eleições. Ele abrange normas e princípios que garantem a legitimidade, a transparência e a igualdade no processo eleitoral, assegurando a participação popular e o respeito à soberania do voto. O direito eleitoral também disciplina aspectos como o alistamento de eleitores, a criação de partidos políticos, a propaganda eleitoral, o financiamento de campanhas, além de fiscalizar e punir irregularidades no pleito, garantindo que a democracia seja exercida de forma justa e equilibrada.

Objetivo

Assegurar que o processo eleitoral ocorra de maneira justa, democrática e transparente, garantindo a participação igualitária de todos os cidadãos e a legitimidade da escolha dos representantes políticos. Além disso, visa prevenir e combater fraudes, abusos de poder e outras irregularidades, protegendo a soberania popular expressa pelo voto.

Material e Métodos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, focando-se no estudo das normas jurídicas e doutrinas relacionadas ao Direito Eleitoral no Brasil. Foram utilizados métodos de revisão bibliográfica e documental, com o objetivo de identificar, analisar e interpretar as fontes normativas e acadêmicas que regem o tema .Os dados coletados foram sistematicamente organizados e analisados, com o propósito de compreender as tendências e os desafios atuais enfrentados pelo Direito Eleitoral no Brasil. A análise crítica buscou integrar as perspectivas teóricas e práticas, visando uma compreensão ampla e aprofundada do tema.

Resultados e Discussão

A pesquisa sobre o Direito Eleitoral revelou aspectos centrais relacionados à regulamentação das eleições no Brasil, com destaque para a complexidade das normas jurídicas, a evolução da jurisprudência e os desafios enfrentados no processo eleitoral.

Os resultados evidenciam que, embora o Direito Eleitoral brasileiro tenha avançado em vários aspectos,

especialmente com o fortalecimento da Justiça Eleitoral e o rigor no controle de candidaturas, ainda há desafios significativos a serem enfrentados. A transparência no financiamento de campanhas e a luta contra a desinformação se destacam como áreas que exigem atenção contínua. O debate sobre o futuro das eleições no Brasil deve, portanto, focar na adaptação das normas às novas realidades tecnológicas e sociais, buscando sempre preservar a integridade do processo democrático.

Conclusão

O direito eleitoral é uma área essencial do ordenamento jurídico que regula os processos de escolha de representantes por meio do voto, função é garantir que as eleições sejam realizadas de forma justa, transparente e democrática, assegurando a participação popular. A conclusão que se pode extrair é que o direito eleitoral não apenas estrutura o processo democrático, mas também serve como um pilar fundamental para a proteção da soberania popular e a manutenção do Estado Democrático de Direito.

Referências

A pesquisa incluiu a análise de documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) e a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), bem como resoluções e decisões recentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).